

## REFORMA UNIVERSITÁRIA X ENSINO DA LITERATURA

Olímpia Ribeiro de Santana\*

**RESUMO:** *Neste ensaio, aproveitando a abertura que a UCSal concede para participarmos da discussão da Reforma Universitária no Brasil, em que questões mais complexas, como políticas reparatórias dirigidas a afro-descendentes e outros grupos socialmente oprimidos, estão sendo repensadas, procedo a uma análise sobre a prática pedagógica voltada para os estudos literários, questionando os procedimentos utilizados para ensinar e aprender literatura. O ensino da literatura, já há algum tempo, vem sendo questionado pelo fato de estar mais concentrado no conhecimento de períodos, autores, história literária, elementos estilísticos da poesia e da prosa e alguns instrumentos rudimentares da crítica, deixando de lado o texto literário em sua dimensão total e os envolvidos no processo cheios de dúvidas sobre o encaminhamento que deve ser dado. Assim, questiono a real situação do ensino da literatura e como ele interage em relação às políticas educacionais de forma a atender os anseios da sociedade.*

**Palavras-chave:** Literatura; Ensino da literatura; Literatura portuguesa

No momento em que a Universidade Católica do Salvador abre um espaço para nós, professores, acompanharmos a discussão da Reforma Universitária no Brasil, sinaliza que o problema da substituição do antigo pelo atual está sendo colocado “em cheque” e que diz respeito a todos nós.

Este é um momento em que questões mais complexas, como políticas reparatórias dirigidas a afro-descendentes e outros grupos socialmente oprimidos, estão sendo repensadas. Assim, todos nós nos sentimos interpelados e comprometidos a aprofundar mais esta configuração histórica. As cotas estão aí, algumas instituições públicas já tomaram posição para implementá-las, contudo o procedimento que será tomado em relação aos cotistas, ou seja, como será garantida a permanência, dentro da universidade, dos estudantes que não dominam determinadas competências, cobradas pelo exame do vestibular, é que também precisa ficar bem claro, mesmo porque o problema de inclusão social precisa ser resolvido, pois a solução não está em oferecer título universitário a todos os brasileiros. É evidente que o objetivo do governo é que a universidade esteja integrada a um amplo projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, o que mostra que a reforma da universidade brasileira não é apenas uma exigência de ordem acadêmica.

Este assunto vem suscitando polêmica dentro e fora da universidade, mas não podemos perder de vista que a Reforma Universitária não pára por aí, ela vai contemplar outras questões, que já estão sendo elaboradas pelo MEC e outras instâncias do Governo Federal, e já devem estar a caminho.

Desse modo, conduzimos a discussão para a nossa prática pedagógica, quando do ensino da literatura, questionando, entre outras coisas, a legitimidade dos conteúdos que somos obrigados a veicular, assim como os procedimentos utilizados para análise e interpretação de tais conteúdos. Não podemos perder de vista, em primeira instância, que uma das questões mais

---

\* Professora Doutora, lotada no Instituto de Letras da UCSal.

significativas que vimos encontrando é a gradativa extinção do sujeito crítico. Há uma falácia em relação à aprendizagem de que o conhecimento tem que ser armazenado. Quanto mais informação o estudante tiver armazenado, mais probabilidade ele terá de se tornar reconhecido como mais erudito. Desse modo, muitos alunos ainda comparecem à sala de aula para escutar, tomar notas e fazer prova. O professor não se dá conta de que o conhecimento é disruptivo e, como nos ensina Pedro Demo<sup>1</sup>, o componente formativo não deve ser rebaixado a componente apenas informativo.

A formação do Ensino Médio, orientada por algumas propostas programáticas que ainda teimam em dicotomizar leitura e literatura, mesmo quando os PCN<sup>2</sup> dizem que a literatura está na área da leitura, conduzem o trabalho para a priorização da imanência, sem se dar conta da necessidade de transcender para uma reflexão mais ampla que possibilite, a partir da condução de determinadas estratégias, a discussão de questões da contemporaneidade.

O trabalho voltado só para a imanência, deixando de lado a transcendência, vai tornando o sujeito cada vez mais passivo, acostumado a não decidir sobre nada, pois alguém vai lhe dizer sobre o sabão que deve utilizar, a cerveja que deve consumir etc... Esse sujeito vai, cada vez mais, afastando-se do trabalho de investigação e conseqüentemente eliminando o objeto crítico. Sem se dar conta, vai produzindo um modelo anti-representativo, detendo a tendência ao progresso da representação epistêmica, mas contribuindo para o controle das diferenças e colocando-se evidentemente a serviço da representação, na medida em que permite a homogeneização e hegemonia de determinadas tendências. Transcender é ir em busca de sentido para si mesmo — consciência — é compreender seu tempo no presente, através do passado e poder constituído no futuro. Transcender é enxergar para além do que foi dito.

Ressalta Alberto Moreiras (2001:13) “que uma relação crítica com o presente não pode mais ser mantida com base na insistência em modalidades do discurso cultural que passaram a ser parte do arquivo histórico e tiveram sua produtividade analítica concreta esgotada”. Ele deixa claro que não se refere à literatura, mas aos estudos literários. Assim, alguns procedimentos que foram utilizados, no passado, não podem mais fazer parte da contemporaneidade, é importante permanecer dinâmico no processo de construção e desconstrução.

Na verdade, Alberto Moreiras está se referindo ao aparato que é utilizado para estudar a literatura. Diversos estudiosos da literatura têm se manifestado a respeito da maneira mecânica de estudar a literatura, alegando que este tipo de trabalho apenas reproduz uma verdade tautológica, desrespeitando a especificidade do escritor.

O crítico português, Eduardo Lourenço (1994:67), ao estudar a idéia do texto como textura, isto é, como estrutura lingüística explicitável em função de um modelo que nele se manifesta operatorialmente, aponta que a realidade do texto é esgotada pela operação que reconstitui a lei imanente da sua produção textual, ou seja, a recorrência ao modelo lingüístico, como se este recurso fosse o único pertinente e científico, não abre espaço para que o texto literário se manifeste como discurso, espaço que não é propriamente lingüístico, mas imaginário.

Para esse estudioso, “o movimento produtor do texto literário é justamente o da sua negação como texto, a permanente e inacabável morte do texto”. A palavra não se pode encerrar em si mesma. A leitura não é estática, à medida que novos valores vão sendo essencializados e questionados pela modernidade, novos resultados vão sendo auferidos e a visão contínua, defendida pela cultura hegemônica, que pretende perpetuar o seu domínio epistêmico como extensão do seu domínio econômico e social, vai perdendo espaço para a descontinuidade.

Retomo as palavras de Alberto Moreiras (2001:15) quando diz que “leitores treinados para exercerem uma atenção exaustiva ao literário, não conseguem simplesmente transferir sua

<sup>1</sup> Publicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Ano XXVI - Nº 115 – julho /agosto de 2003.

<sup>2</sup> Conferir os Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. (1999:38)



atenção para o não-literário e têm a sua capacidade de leitura enfraquecida”. Essa prática de estudo do literário, criticada por vários estudiosos, além de ser a mais aceita é, também, tida como eficaz no Ensino Médio. Infelizmente, muitos professores de literatura ainda não se deram conta de que ela corrobora a diminuição da investigação crítica, “engessa” o texto literário, reduzindo-o a um papel subsidiário, não oportunizando a sua transcendência.

Toda a inquietação e dúvidas do leitor são provenientes do ir além do texto, da problematização das idéias ali contidas, mesmo que essas novas idéias não sugiram um sentido determinado. O pensamento deve ser movido pela razão crítica a fim de que esta elabore o conhecimento e não o reproduza.

Nesse sentido, percebemos que há um impasse entre a forma de trabalhar o objeto e a posição em que o sujeito é colocado, o que implica pensar que a prática teórica, além de evitar o processo de reificação da literatura, pode garantir a possibilidade de incentivar a investigação e abrir espaço para novos questionamentos. A contribuição oficial da educação literária no Brasil, de acordo com a pesquisa realizada pela professora Cyana Leahy-Dios (2000:44) que estendeu este trabalho, elaborando uma comparação entre Brasil e Inglaterra, “tem sido a de prover uma combinação de compreensão textual, produção escrita e documentação histórica”. Ela constatou que:

“estudantes de Letras aprendem fatos históricos, econômicos, sóciopolíticos e biográficos relativos à literatura; além disso, lêem determinados textos, analisam certos autores, períodos e gêneros literários, sem receber informação suficiente acerca de teorias críticas literárias, as escolas de pensamento que permitem diferentes leituras, interpretações e dialogicidades entre texto, leitor e sociedade”.

Para Cyana Leahy-Dios, é necessário conscientizar futuros professores de literatura do compromisso com a produção de um conhecimento que possa contribuir para uma sociedade menos desigual, pois educar é uma instituição política que exige professores conscientes. Assim, o conteúdo literário não pode ser obliterado pelos desígnios e modelos ultrapassados. O estudante de Letras tem que estabelecer com a literatura uma relação original e criativa. Uma prática acadêmica responsável deve procurar articular o pensamento em direção à produção da diferença e evitar a sua cooptação. Não há como deixar de lado as pulsões impostas pela singularidade, para ater-se à repetição e produção de simulacros ou de réplicas miméticas.

Quando falamos na mudança curricular, segundo a LDB, percebemos que há uma preocupação com a carga horária destinada ao estágio, e nós, do Instituto de Letras da UCSal, ao elaborarmos a nova proposta, já diluímos este estágio de forma a contemplar a dimensão prática. Ora, houve um choque, inicial, com a carga horária exaustiva do estágio, porque, na verdade, ainda víamos o estágio como sendo o momento em que o (a) estudante sai da universidade e vai à sala de aula para praticar os ensinamentos teóricos lá recebidos. Assim, levamos algum tempo para nos apercebemos de que o MEC, ao introduzir esta carga horária exaustiva, já estava sinalizando para a urgência da mudança de comportamento em relação à prática pedagógica, ou seja, fazendo um apelo a este novo “devir” epistemológico. A famigerada dimensão prática, sugerida pela Professora Lícia Maria Freire Beltrão, como uma forma de resolver a questão da carga horária do estágio, foi programada para inserir todos os professores nesta mudança.

Neste sentido, compreendemos, também, que, mesmo no nosso dia-a-dia, não há como não trabalhar esta interação teórica-prática, pois esses dois momentos não podem ser dicotomizados. É evidente que a prática do professor vai incidir no trabalho de aprendizagem e vai servir de modelo para os futuros professores de literatura.

Vale a pena repensar as palavras de Alberto Moreiras (2001:62) quando diz que “nenhum aparato positivo de conhecimento poderia resultar de uma prática cuja forma de ação é sempre

uma recusa de apropriação”. Ao assumirmos a profissão do magistério, temos dois compromissos, um com a ciência e o outro com o fazer.

O espaço da universidade é um espaço de crítica de domínio intelectual. As grandes mudanças são provenientes de estímulos interiores. Michel Foucault (1999:52/3), ao se referir aos discursos, defende a idéia de que eles devem ser tratados como práticas descontínuas que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem, tendo que se considerar o princípio da especificidade para que o texto não se transforme num jogo de significações prévias, pois, se assim fosse, partiríamos do princípio de que o mundo sempre nos apresenta uma face legível que teríamos apenas de decifrá-la.

Marisa Lajolo (1994) defende a idéia de que a leitura tem que ser tecida, trabalhada cuidadosamente por cada leitor. Para ratificar esta idéia, ela retoma o texto de João Cabral de Melo Neto, *Tecendo a manhã*, e revela que “os galos que tecem a manhã evocam os leitores que tecem o significado dos textos com que se deparam ao longo da vida”. Através da metáfora do texto — *Tecendo a manhã* — Marisa Lajolo aponta a necessidade de se reflexionar sobre o papel da leitura numa sociedade democrática, pois cada leitura vai produzindo novos significados e vai abrindo novas fissuras no texto. Se a atividade da leitura, nas suas origens, era individual e reflexiva, hoje esta atividade possibilita leituras múltiplas. A autoridade de determinadas leituras do passado não devem silenciar leituras mais atuais.

A vontade da verdade não nos pode levar à utilização de procedimentos de controle e de delimitação do texto literário. As subjetividades conduzem a novas leituras de um mesmo texto. As coisas que são ditas uma vez, não podem ser repetidas inúmeras vezes, como se fossem verdades eternas. A universidade está imbuída de prestar serviço à sociedade. É evidente que este serviço há de ser de relevância, será que os professores de literatura não têm nenhum compromisso com a sociedade? Que serviço de relevância estaremos prestando à comunidade, se apenas nos voltarmos para a repetição do que já foi dito e não reconhecermos o nosso papel de suscitar o interesse no estudante pela investigação? Reconhecemos, também, que o fato de ainda não estarmos atuando com cursos de pós-graduação, o trabalho com a pesquisa é dificultado. Mas graduação também pode significar iniciação científica.

De acordo com o fruto da pesquisa de Cyana Leahy-Dios (2000:71), “a grande quantidade de conteúdos memorizáveis, conforme a prescrição oficial para educação literária, encorajam uma versão contemplativa e não-transformadora do saber”. Na verdade, enfatizamos o conhecimento quantitativo em detrimento de um conhecimento qualitativo, quando direcionamos os estudantes para a aquisição de um saber acrítico e memorizável. Os questionamentos promovem a solidariedade e os consensos, enfim eles promovem as dúvidas e evidentemente o espírito crítico.

O texto literário não pode ser trabalhado visando apenas o seu âmago, o trabalho com o texto deve atender às condições de possibilidade. É característico da expressão verbal, o desejo de realizar o imponderável, ir além de...O texto literário possibilita leituras diversas e não pode ser confiscado pela autoridade do professor, nem limitado a uma única leitura. A única autoridade pertinente numa sala de aula deve ser a do argumento. O escritor pensa essencialmente com palavras e o faz de uma forma sensível. Não podemos esquecer que a literatura é uma arte e como tal deve haver tensão e poesia, imagens, sonoridades e símbolos que se mesclam e se moldam para produzir sentidos diversos. O leitor é convidado a participar desta troca. Não existe a última palavra por parte dos envolvidos no processo.

O escritor José Saramago (2002:15), em um dos seus mais recentes romances, *O homem duplicado*, parodia a prática pedagógica repetitiva, ao analisar a posição contraditória de um professor de história, diz ele:

A história que Tertuliano Máximo Afonso tem a missão de ensinar é como um bonsai a que de vez em quando se aparam as raízes para que não cresça, uma

miniatura infantil da gigantesca árvore dos lugares e do tempo e de quantos neles vai sucedendo, olhamos, vemos a desigualdade de tamanho e por aí nos deixamos ficar, passamos por alto outras diferenças não menos notáveis, por exemplo, nenhuma ave, nenhum pássaro, nem sequer o diminuto beija-flor, conseguiria fazer ninho nos ramos de um bonsai... (p.15)

Ao apontar Tertuliano como um ser humano que se envolveu pelas estruturas fixas e perdeu todas as suas subjetividades, um homem que pela sua inconsciência tornou-se alijado, Saramago está defendendo a idéia de que o professor que se atém ao processo repetitivo, além de podar o futuro, como se faz com as árvores nos bonsai, ele próprio acaba perdendo o estímulo pela profissão. O papel da insignificância vai pesando no professor, de tal forma, que ele acaba perdendo o prazer pelo trabalho que desenvolve. É necessário atentarmos para a oscilação entre não-contemporaneidade e contemporaneidade, entre um pensamento da separação e um pensamento da presença, recuperador.

As mudanças que acontecem no espaço exterior, elas são produzidas, também, dentro da universidade. As mudanças não acontecem de fora para dentro, mas de dentro para fora. Por que será que a maioria dos nossos alunos, ao assumirem o papel de professor, submetem-se a práticas desgastadas pelo tempo? Como diz Cazusa, o tempo não pára, suas idéias não correspondem aos fatos. Quem tem coragem de ouvir amanhecer o pensamento?

Todos os leitores devem sentir e ver o texto do mesmo ângulo? Que leituras os estudantes estão desenvolvendo? Ao estudar a literatura, priorizando a imanência, estaremos possibilitando ao estudante o desenvolvimento de competências para que ele possa ir em busca de outros sentidos? Assim como o poeta dialoga no seu texto com as várias leituras que fez durante a sua caminhada, todo leitor dialoga, também, com as suas várias leituras, criando uma nova visão de mundo. É impossível, ao lermos um texto, trilharmos apenas um caminho.

É preciso desenvolver a percepção de modo a alterar a imagem de referencialidade do objeto.

## REFERÊNCIAS

- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ed. Ática. 2002.
- LEAHY-DIOS, Cyana. **Educação Literária como metáfora Social**. Rio de Janeiro: EdUFF.2000.
- LOURENÇO, Eduardo. **O canto do Signo. Existência e Literatura**. Lisboa. Ed. Presença. 1994.
- MOREIRAS, Alberto. **A exaustão da diferença: A política dos estudos culturais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG. 2001.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias / Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 1999.
- REVISTA DO ENSINO SUPERIOR. In: MEC. 22/04/2004.
- SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo: Cia. Da Letras. 2002.